

O trabalho em cima de um diagnóstico rigoroso

São Paulo tinha, em 1973, uma população de 6 560 547 habitantes no município. Apesar de já ter perdido na época o *status* ufanista (e preocupante) de "cidade que mais cresce no mundo", sua população continuou crescendo, e muito: em 1987 já eram 10 554 107 habitantes, e hoje se estima em 11,5 milhões. Mas os problemas, aguçados pela progressiva concentração de renda, cresceram num ritmo muito mais acelerado, e a população favelada, que representava 1,07% do total dos moradores em 1973, pulou para 7,7% em 1987. Hoje, calcula-se que há 1 milhão de favelados, 3 milhões de encortiçados, 2,4 milhões de moradores em loteamentos clandestinos e 1,3 milhão em casas precárias. São 7,7 milhões de pessoas, 67% da população, morando em situação irregular ou precária.

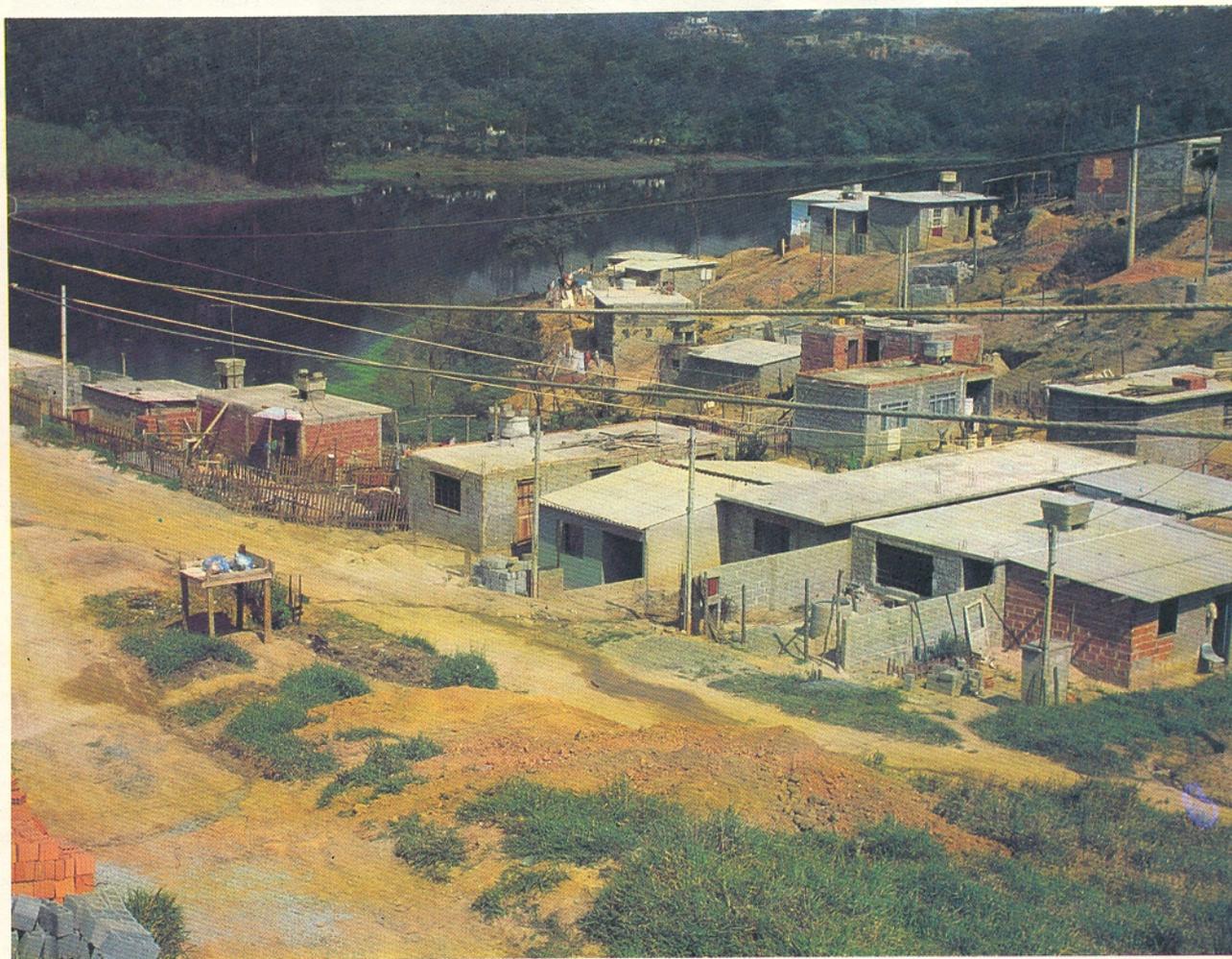
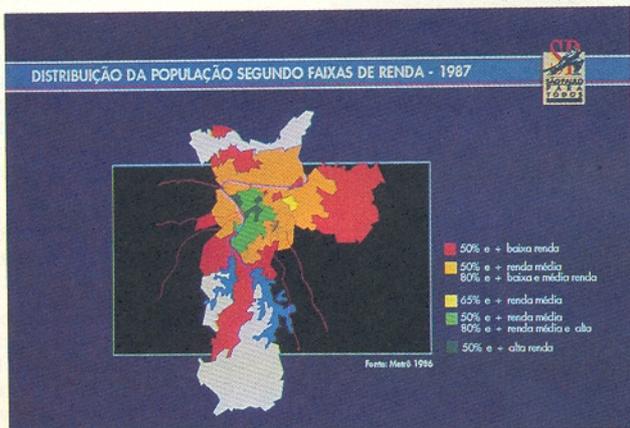
O crescimento demográfico não tem sido acompanhado por uma produção habitacional equivalente, ocasionando um déficit que cresce a cada ano. Em 1980, o censo demográfico do IBGE já acusava a existência de 765 000 famílias necessitando de atendimento habitacional no município, sobrevivendo em moradias improvisadas, rústicas, e em cômodos e quartos, em estado de coabitação. Somavam-se a esse quadro aqueles que "moravam"

em domicílios alugados para os que ganhavam até cinco salários mínimos (18,8%) e os cedidos para essa mesma faixa de renda (4%). A mesma fonte mostrava que os domicílios particulares com renda mensal até cinco salários mínimos constituíam 44,8% do total, representando 905 151 unidades.

Em 1987, a pesquisa origem-destino (Companhia do Metropolitan), para o município de São Paulo, apontou que 45% da população recebia até oito salários mínimos. Como houve queda real do poder de compra do salário mínimo em 60%, de 1977 a 1987, ampliaram-se as faixas carentes, antes consideradas com renda de até cinco salários mínimos, para as famílias com renda mensal de até oito salários mínimos.

Em 1988, observa-se que 75% dos trabalhadores empregados na área do município ganhavam até 4,8 salários mínimos. Metade deles, até 2,6 salários mínimos e 25% até 1,5. Além disso, cerca de 12% desses trabalhadores recebiam até um salário mínimo, o que demonstrava as dificuldades de participarem do mercado consumidor, incluindo, claro, a habitação. ▶

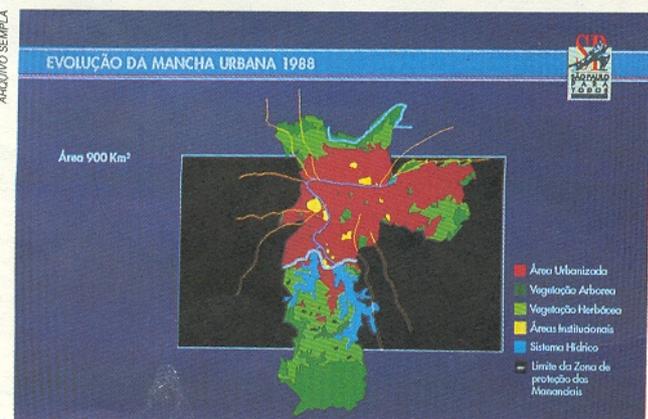
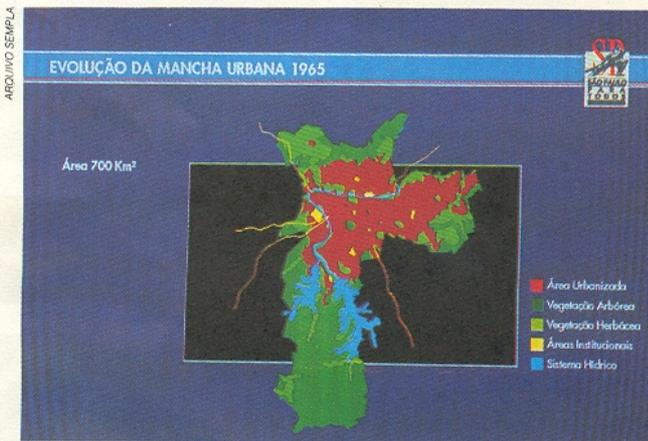
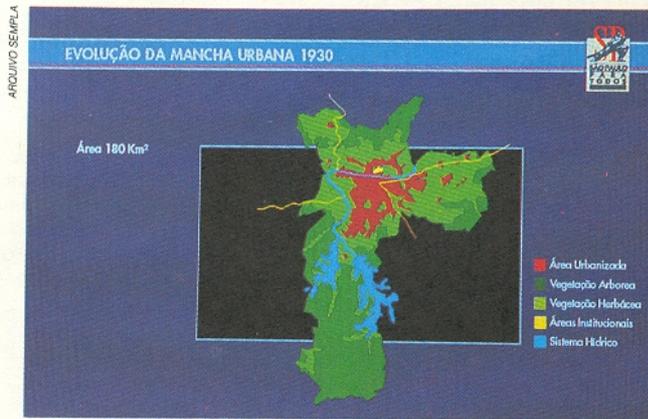
ARQUIVO SEMPLA



Os loteamentos clandestinos ou irregulares caracterizam-se pela ausência de infra-estrutura.

Em 1987, 42,1% das famílias da região metropolitana de São Paulo estavam dentro da faixa de pobreza.

A evolução da mancha urbana da cidade, em 1930, 1965 e 1988.



O Censo de Favelas do Município de São Paulo, realizado em 1987, pela Superintendência da Habitação Popular, da Seade, apontou 812 764 pessoas morando em favelas. Foram identificados, na época, 1 592 favelas ou núcleos de ocupação, com um total de 150 452 domicílios. O crescimento das favelas nas últimas décadas foi acelerado: em 1973, a proporção dos favelados, diante da população total do município, era apenas de 1,1%, em 1980, esse índice aumentava para 5,41%. Em 1987 atingiu 7,7% do conjunto dos moradores paulistanos. A população das favelas cresceu 59,89% no período de 1973 a 1987, enquanto a da cidade revelava crescimento de 1 039,8%. Um indicador dos efeitos perversos do desenvolvimento econômico do município. As favelas se disseminaram e vieram a ocupar, anarquicamente, áreas de risco, requerendo intervenção imediata do poder público.

Mas o cenário apresenta outras cores sombrias. A demanda habitacional era composta também por segmentos do inquilinato que não tendo como pagar os aumentos de aluguel, e sendo despejados, ficaram sem alternativa habitacional, exceto as favelas. Esses segmentos engrossam os movimentos visando a ocupação de terras e a luta por terra e moradia junto ao poder público.

Nesse conjunto de problemas, os cortiços têm representado um dos segmentos mais significativos da cidade de São Paulo, ocupando um quadro de pobreza urbana, uma de suas feições mais antigas.

O aluguel de um cômodo em cortiço custa ao inquilino até 1/3 de sua renda familiar. Isso indica o alto custo dessa precária moradia, caracterizada pela insalubridade e pela superlotação. De acordo com as pesquisas sobre o assunto (Sempla/Sehab), a média há 33,5 pessoas por imóvel encortiçado e o grupo residente, a maioria famílias, é, em média, de 3,6 pessoas por cômodo.

Tabelas sobre o crescimento demográfico em São Paulo

População do Estado de São Paulo, da região metropolitana do município de São Paulo, 1940-2000

Ano	Município de São Paulo	Grande São Paulo	Estado de São Paulo
1940	1.326.261	1.568.045	7.180.316
1950	2.198.096	2.662.786	9.134.423
1960	3.666.701	4.739.406	12.823.800
1970	5.924.615	8.139.730	17.771.940
1980	8.493.226	12.588.745	25.040.710
1990	11.380.300	17.448.600	32.251.850
2000	13.130.200	21.416.700	40.656.300

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos 1940-80; Fundação Seade, Informação Demográfica 18.

Distribuição por anel dos aumentos populacionais no município de São Paulo, 1970-80 e 1980-87

Anel	Períodos					
	1960-70		1970-80		1980-87	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Central	22.635	1,02	84.531	3,29	28.699	1,11
Interior	5.168	0,23	91.648	3,57	281.706	12,11
Intermediário	324.375	14,64	182.433	7,10	350.741	16,11
Exterior	910.791	41,11	792.046	30,84	700.465	32,11
Periférico	952.372	43,00	1.417.953	55,20	822.974	37,11
Total	2.215.341	100,00	2.568.611	100,00	2.184.585	100,00

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos de 1970 e 1980; Sinopse Preliminar do Censo de 1970; Pesquisa Origem-Destino, Metrô.